

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE JUSSARA-BA: POSSIBILIDADES E ADAPTAÇÕES

Cristiane Kuhn de Oliveira ¹

RESUMO

Este trabalho buscou investigar a organização da prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado - AEE durante o contexto da pandemia Covid-19 no município de Jussara-Ba. Com base nas leis e pareceres que abordam a garantia do direito à educação e escolarização traçou-se uma discussão sobre como está organizado o AEE na perspectiva da educação especial inclusiva. Utilizando a pesquisa qualitativa participante foi apresentado o relato descritivo com estratégias de trabalho remoto e visitas ao público alvo desta modalidade. Percebe-se neste trabalho que ao envolver ações continuadas e sistemáticas de articulação com as possibilidades e estratégias da comunidade a qualidade do serviço é assegurada, as adaptações são necessárias diante dos contextos adversos, nota-se, também a importância da parceria entre professores e família para a efetivação do acompanhamento pedagógico.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Ensino remoto, Pandemia.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas em todo o mundo devido a pandemia da Covid-19 no início do ano de 2020 provocaram mudanças de grandes proporções em todos os aspectos, sobretudo na educação, saúde e economia. Em um curto espaço de tempo a necessidade dada devido imposição de práticas de distanciamento físico, na tentativa de redução e controle do contágio da doença, impactaram o modo de vida de toda a população, direta ou indiretamente.

No Brasil, as normas de distanciamento físico impactaram fortemente a educação. As escolas, impedidas de manter a prática do ensino presencial, foram asseguradas, com o documento do Conselho Nacional de Educação – CNE, o Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, publicado em 28 de

¹ Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Professora e coordenadora pedagógica da rede pública municipal, cristiane-kuhn@hotmail.com

abril de 2020, elaborado em colaboração com o Ministério da Educação, a propor atividades educativas de modo remoto, assegurando a realização de atividades educacionais de forma remota, cabendo a cada sistema de ensino a organização, de acordo com suas possibilidades.

Essa nova forma de trabalho mostrou-se desafiadora, ao serem criadas e postas em prática diversas flexibilizações para que os alunos pudessem dar continuidade às aulas com o auxílio de suportes remotos de ensino e a introdução de novas metodologias, apoiadas em tecnologias digitais. Os profissionais da educação foram desafiados a encontrar alternativas para o ensino-aprendizagem em todas as etapas e modalidades de ensino.

O direito à educação e à obrigatoriedade escolar permeia toda legislação educacional brasileira, porém, é importante destacar que a democratização da educação não está restrita ao acesso à escola. A garantia do acesso é fundamental, assim como a garantia de condições de permanência, assegurando que a trajetória escolar se dê com qualidade, em que o percurso educacional deve estar pautado nos princípios que sustentem o aprendizado significativo, com conhecimentos indispensáveis à vida em sociedade e ao exercício da cidadania.

As barreiras e dificuldades do trabalho remoto na educação são consideradas em todo o país, a localização geográfica e o acesso às tecnologias digitais estiveram no cerne do desafio da garantia do direito a educação. As modalidades de educação que já lideravam as discussões sobre garantia, acesso, permanência e qualidade dos serviços tiveram seus desafios fortemente ampliados. Debruçaremos a discussão neste trabalho a educação especial, focando no Atendimento Educacional Especializado – AEE, considerando que, o período anterior a pandemia já era permeado de dificuldades para realização efetiva do Atendimento Educacional Especializado e seu acompanhamento.

Diante dessa reflexão surge a indagação: Como o município de Jussara-Ba tem organizado a prática no AEE neste contexto de pandemia? Firma-se, desse modo, o objetivo deste trabalho que é investigar como vem ocorrendo a prática do Atendimento Educacional Especializado – AEE - no município de Jussara – Bahia no contexto da pandemia Covid-19.

METODOLOGIA

Com a presente pesquisa pretende-se investigar se, neste contexto de pandemia Covid-19, se o município de Jussara-Ba tem garantido ao público da educação especial acompanhamento pedagógico. Tendo a primeira indagação resposta negativa, busca-se investigar quais motivos para a situação e quais possíveis alternativas para superação, já no caso de resposta positiva, será investigado como tem sido organizada essa prática no AEE, bem como as estratégias utilizadas para ofertar o atendimento.

As informações obtidas nesta pesquisa subsidiarão uma análise acerca da inclusão dos alunos com deficiência no contexto de pandemia no referido município, especificamente do ensino remoto obedecendo os protocolos de distanciamento físico.

Inicialmente foi realizada uma breve exposição acerca do contexto atual do processo educativo, das adequações realizadas a fim de garantir a continuidade das atividades pedagógicas com vistas à garantia do direito a educação, sobretudo o Atendimento Educacional Especializado. Em seguida, fez-se o relato descritivo e a análise das informações obtidas, discutindo como as estratégias adotadas colaboram para o desenvolvimento e a inclusão dos alunos.

A pesquisa bibliográfica fundamenta a compreensão em torno de categorias essenciais às discussões suscitadas. Para coleta de dados foram definidas categorias relativas aos aspectos do trabalho remoto e da organização do trabalho da educação especial no município, de modo a identificar e analisar como vem acontecendo ou não, o trabalho da educação especial.

Considera-se a presente pesquisa predominantemente qualitativa, sendo o ambiente natural a fonte direta de investigação e o pesquisador enquanto observador das relações ali existentes, denotando um contato direto e prolongado do mesmo com o ambiente e a situação que está sendo investigada.

A técnica de observação participante buscou apreender informações, utilizando os sentidos no processo de alcançar certos aspectos da realidade, que à primeira vista passariam despercebidos. Para Neto

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (NETO, 2004, p.60).

A observação participante constitui um método no qual o pesquisador participa das atividades de um grupo, com vistas a observar rituais, hábitos, comunicações e

eventos que ali ocorrem. O método tem por objetivo aprender os aspectos implícitos e explícitos da realidade estudada.

O município de Jussara possui quatro professoras responsáveis pelo AEE, sendo todas graduadas em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia Institucional e formações complementares em Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncionais. A referida autora desde trabalho compõe o quadro de professoras desta modalidade e assim traz o relato do trabalho junto a observação participante do trabalho das demais colegas, aprofundando e retomando aspectos observados no cotidiano das visitas e reuniões para discussão e planejamento das ações, comparando ambos os aspectos, confrontando-os e ampliando, desse modo, a análise sobre as questões.

O cruzamento e o confronto das fontes foram indispensáveis, uma vez que permitiram a compreensão real e contextualizada através do cruzamento entre fontes que se complementaram, problematizando o objeto da pesquisa, propondo questionamentos, revisando o arcabouço teórico, num processo constante de revisão, análise e síntese de informações, dados e relatos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Atendimento Educacional Especializado se caracteriza por ser uma política da rede municipal de educação no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, através de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados, constituindo parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns, promovendo condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, garantindo a transversalidade das ações da educação especial e fomentando o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

As pessoas com necessidades educacionais especiais têm assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação realizada em classes comuns e ao Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN – Lei nº 9.394/96, no parecer do

CNE/CEB nº 17/01, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº 10.436/02 e no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

O AEE é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, altas habilidades ou superdotado. Geralmente é oferecido em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Os alunos público alvo do AEE são aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. Entre eles estão os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, os alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais, os alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico. Também fazem parte destes grupos, os alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como: autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros.

Considerando o cenário de pandemia, causada pelo Covid-19, o Conselho Nacional de Educação elaborou orientações aos sistemas e às redes de ensino, considerando a necessidade de reorganizar as atividades escolares de todos os níveis, etapas e modalidades. Seguindo a orientação de garantir o direito a educação para todos, inclusive na organização do Atendimento Educacional Especializado de forma remota.

O Parecer CNE CP nº 05/2020, trata em seu item 2.13 “Sobre a Educação Especial” a orientação:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes e especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas. (BRASIL, 2020, p. 15).

Amparado nessas orientações este trabalho traz o relato da experiência do município de Jussara, localizado no interior do sertão baiano, versando sobre a

continuidade da oferta dos serviços de Atendimento Educacional Especializado durante o período de isolamento físico e ensino remoto, em decorrência da pandemia Covid-19. Assim, a oferta do AEE no município pesquisado, foi reorganizado de modo a acompanhar todos os alunos público alvo da educação especial inclusiva, e sua oferta vem acontecendo numa perspectiva de trabalho cooperativo e conjunto entre escola e família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegura-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Buscando oferecer ao aluno o que não é próprio do currículo escolar, propondo metas e procedimentos educacionais específicos e ações de acordo com o tipo de deficiência ou dificuldade educacional numa perspectiva de complementar as necessidades educacionais e diminuir as barreiras para a aprendizagem.

No município de Jussara, o AEE era, até a chegada da pandemia Covid-19, realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais que tinha como objetivo apoiar a organização e a oferta do AEE para todo público alvo do município. Esta Sala de Recursos Multifuncionais ficava localizada na sede do município, no centro da cidade, de modo a possibilitar o acesso de todos ao prédio (devido a localização geográfica e ao projeto arquitetônico favorável com rampas de acesso, banheiros e demais espaços adaptados), sendo um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Com o impedimento do trabalho presencial, novas alternativas de acompanhamento foram necessárias. Inicialmente criou-se um grupo com todos os alunos e professoras do AEE, utilizando o aplicativo *whatsApp*. Devido ao momento de incertezas, medos e dúvidas o grupo serviu para interação entre os participantes, mantendo contato, estreitando vínculos de acolhimento e cuidados. Os alunos das localidades mais distantes do município não tiveram acesso a essa forma de comunicação, seja por não ter um aparelho de celular, não ter acesso a internet ou mesmo.

O prolongamento de prazos para um possível retorno presencial às atividades escolares e a dificuldade de acesso aos meios digitais para algumas famílias trouxe outros desafios para a equipe de profissionais da educação especial do município: realizar visitas domiciliares aos alunos atendidos no AEE. De acordo com Freire (2007, p. 25) “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção”. E seguindo essa premissa, as possibilidades de trabalho e acompanhamento foram se concretizando.

Buscando incluir todos os alunos, conhecer a realidade em que vivem e promover momentos de atividade interativa acompanhados pelo professor a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou um transporte para deslocamento dos professores até a residência dos alunos, inclusive da zona rural; kits de proteção individual para professores (óculos de proteção incolor, protetor facial de polímero transparente, avental descartável, máscara descartável, álcool em gel, sabonete líquido, papel toalha, e demais produtos de higienização e desinfecção dos materiais pedagógicos); kits de proteção individual para alunos (máscara descartável e álcool em gel) e kits escolares (caderno de desenho, giz de cera, giz branco, massa de modelar, revistas e panfletos diversos, tinta guache colorida, espuma, balões, tesoura, lápis de escrever, lápis de cor, borracha, apontador, cola branca, fita adesiva, barbante de algodão, cartela de adesivos, algodão, palitos de picolé, copos descartáveis, canudos coloridos, peças de encaixe, etc), além de pasta individual contendo atividades impressas.

Desde o mês de agosto do ano de 2020 a visita domiciliar tem sido rotina para professores, alunos e familiares da educação especial. A primeira visita teve caráter acolhedor e de reconhecimento da realidade de cada aluno. Os alunos receberam os kits de proteção individual e escolares de acordo com sua deficiência e necessidade de acompanhamento, apresentaram sua família, sua casa e contatam sobre seu cotidiano, incluindo hábitos de higiene e cuidados com a saúde. As professoras orientaram o uso dos kits, a frequência da realização das propostas e tiraram dúvidas sobre o acompanhamento a cada aluno.

Amparados pelos kits de materiais os professores visitam quinzenalmente os alunos atendidos pelo AEE, recolhem a pasta com atividades realizadas, entregam a pasta com roteiro de propostas quinzenal acompanhados das novas atividades. A partir da produção de cada aluno, o professor planeja novas propostas de atividades,

monitorando o desenvolvimento de cada um e reorganizando seu plano de ação por aluno e necessidade.

Para a realização das propostas de atividades, seguindo o roteiro quinzenal é essencial o diálogo e o trabalho conjunto entre professores e familiares visando o desenvolvimento das aprendizagens., considerando que nesse formato, a família assume o papel central na intermediação das atividades pedagógicas. Durante as visitas fica perceptível as especificidades de cada família, como o ambiente no qual os alunos vivem influencia no seu desenvolvimento.

Para o planejamento de cada proposta e sua organização busca-se, também, o dialogo com os professores da turma regular de cada aluno, interagindo, dialogando a fim de realizar um trabalho pedagógico interdisciplinar, focado nas limitações e potencialidades de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado deve envolver ações continuadas e sistemáticas, em que a articulação com as possibilidades e estratégias da comunidade ampara e assegura a qualidade do serviço. A escola, na perspectiva inclusiva, adapta suas normas, seus princípios, seu foco às situações específicas que se apresentam no cotidiano pedagógico. Trazendo a comunidade e os espaços para complementação da sua função social.

Utilizando o aplicativo de *Whatsapp* e durante as visitas domiciliares são compartilhados textos autoexplicativos, panfletos, vídeos curtos e orientações diversas, reconhecendo a necessidade da parceria com a família e sua inclusão em todas as fases do processo, sobretudo na atenção a saúde e higiene. Essa também foi uma maneira, encontrada de promover a troca de informações e a aproximação da família, considerando que há casos em que a família ‘esconde’ a criança, se envergonha ou mesmo pensa que ela não poderá se socializar e desenvolver.

O AEE é de suma importância na vida escolar do aluno com deficiência, sendo complemento de aprendizagem. Luta-se diariamente para que esses estudantes se desenvolvam diante de suas particularidades e tornem-se autônomos mesmo com todas as suas limitações.

Sabe-se que o Atendimento Educacional Especializado é uma estratégia educacional para se incluir o aluno no ensino regular e no meio em que vive,

minimizando suas dificuldades de aprendizagem, de atenção, socialização, emocional e de afetividade. Compreende-se, também, a grande responsabilidade e importância desse atendimento e que as respostas ao trabalho não são imediatas, sendo construídas passo a passo, vagarosamente, ao longo de um processo que envolvem muitas faces e o trabalho de muitas mãos. Nem sempre se obtém os resultados esperados. Contudo busca-se, tentando fazer o melhor para que os alunos cheguem ao sucesso em sua aprendizagem e para que consigam a inclusão de fato na sociedade em que vivem.

É importante mencionar que a parceria com as famílias foi fundamental para a realização dos objetivos propostos, ativas, participativas e presentes muitas famílias interagiram, buscaram informações e tem sido parceiras no formato de trabalho remoto.

A pandemia Covid-19 vem transformando a educação brasileira, obrigando instituições e profissionais a buscar novas formas de desenvolver seu trabalho e garantir os direitos fundamentais, muitas adaptações são necessárias, sobretudo para assegurar ao público das modalidades mais excluídas o direito a participação efetiva nas atividades educacionais. Acredita-se, mesmo diante das barreiras geográficas e tecnológicas nos progressos do aluno na organização dos estudos, no tratamento das informações e na participação na vida social. A educação caracteriza-se por ser um processo dinâmico, contínuo, que compreende o processo de aprendizagem dos alunos em seus avanços, retrocessos, dificuldades e progressos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2020 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf> Acesso em: 25 de julho de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Conselho de Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 25 de julho de 2021.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.



NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.